

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**A PRODUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS
BRASILEIRAS NA CONFLUÊNCIA DE
ESFORÇOS EM TORNO DO “CONVÊNIO
INTER-ADMINISTRATIVO DAS ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS E CONEXAS” (1907-1945)**

Projeto de Pesquisa Científica
aceito pelo Edital Universal CNPq No. 14/2011

Coordenador

Nelson de Castro Senra

**Pesquisador aposentado do IBGE
Doutor em Ciência da Informação**

1) Identificação da proposta

Este projeto tem por objetivo estudar as inflexões positivas ocorridas, diretamente, na apreensão da realidade da educação brasileira, bem assim, em decorrência, na maturação da atividade estatística brasileira, ainda descontínua e assistemática. Essas inflexões se deram a partir do “Convênio Inter-Administrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas” (doravante, Convênio), proposto, discutido e assinado durante a IV Conferência Nacional de Educação, em 1931. Esse Convênio será, depois, implantado e executado pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, e servirá de fundamento à ulterior criação do IBGE. O convênio será estudado em ambiente interdisciplinar, envolvendo pesquisadores de vários centros de pesquisa.

Por este Convênio, as desejadas e desejáveis estatísticas temáticas da educação e conexas, seriam feitas de modo contínuo e sistemático, focalizando a realidade da educação e temáticas conexas, e seriam feitas por um acordo de cooperação inter-administrativa envolvendo as três esferas de decisão política do país: a federal, a estadual e a municipal. Essas esferas, por livre arbítrio, sem serem coagidas ou forçadas, cediam vontades (direitos) e assumiam obrigações (deveres), em prol de um alvo comum. Esse novo instituto jurídico da cooperação inter-administrativa, já seria em 1934 o instrumento da maturação da atividade estatística, com a formação do Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE), que começaria a funcionar em 1936.

Embora tornado um evento focal, o Convênio encontra origem já em 1907, com as ações de Bulhões Carvalho no comando da Diretoria-Geral de Estatísticas (DGE), em que propõe acordos bi-laterais aos Estados (especialmente para consolidação do registro civil, implantado pela República, e a ulterior derivação de estatísticas); idealiza o Conselho Superior de Estatísticas como lócus de reunião das esferas políticas, em que pudessem expressas vontades e necessidades; elabora Anuários Estatísticos capazes de evidenciar a realidade das estatísticas brasileiras, em toda crueza; e intenta promover uma Conferência Nacional de Estatística, programada para outubro de 1930, razão de sua não ocorrência, na qual um grande pacto nacional seria negociado e firmado. Pois este antes ao Convênio precisa ser estudado, para se bem marcar sua inflexão.

Antes de seguir, valerá realçar o objetivo do Convênio, que pretendia, segundo sua cláusula primeira, “uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexas, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as condições gerais do Brasil, de cada Estado, do Distrito Federal e Território do

Acre, em um determinado ano, quanto a todos os ramos de ensino, bem como os vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional” (CUNHA, 1932).

O Convênio, como forma de acordo, enquanto proposta para debates, e, por fim, como versão assinada, e sua ulterior implantação e permanente atualização, a exigir muitos recursos humanos e financeiros, será a seguir abordado. Nesse contexto, a ideia do novo instituto jurídico da “cooperação inter-administrativa” demandará especial foco, por ele em si, e pelo seu papel expansivo na atividade estatística brasileira, no que se tem outro ponto de estudo; sem olvidar, é claro, o papel de órgão central de operação atribuído à repartição de estatística do ministério. Por fim, será preciso analisar os resultados alcançados, na concretude das estatísticas, bem assim, suas utilizações na compreensão das realidades da educação brasileira, e as gerações de políticas públicas de renovação, como marca da política varguista.

Assim, um fecho de tempo (aberto em 1907) seria 1945, com a perda por Vargas do poder total; ou 1947 logo após a Constituição democrática de 1946, em que o IBGE, e todos os seus órgãos colegiados, entre os quais a repartição estatística da educação, sofreriam diversas restrições e dificuldades.

Por fim, em todo esse contexto importa marcar o caráter municipal tanto da produção das estatísticas educacionais quanto da transformação da atividade estatística, por cujo sistema estatístico (primeiro sistema de informações promovido no país) as estatísticas produzidas tinham igual prioridade e completa cobertura municipal.

Por tudo isso, que será adiante avançado, o Convênio aqui referido merece ser estudado, não só em si, mas em seu emaranhado desdobramento. Isso exigirá diferentes abordagens. Por essa razão, o que se propõe aqui é um Grupo de Pesquisa que faça emergir uma comunidade de estudiosos provenientes de diferentes e complementares áreas disciplinares. Começaremos pelo fato que veio depois, qual seja a formação da atividade estatística, de um modo maduro, contínuo e sistemático, assim o faremos porque ao se dar conta do estado das estatísticas naquele momento se entende bem a importância da negociação do Convênio. Depois, passaremos ao Convênio, focando seus desdobramentos e interrelacionamentos, a demandar profissionais com diferentes formações.

2) Delimitação e qualificação do problema

O problema é delimitado em duas grandes linhas, como segue, compondo uma totalidade necessária e suficiente à apreensão da temática em questão.

a) O Convênio e a Atividade Estatística Brasileira: delimitação cronológica

Começamos, então, oferecendo uma trajetória da atividade estatística brasileira, cuja madura evolução o Convênio implicaria. Esta narrativa mostrará o estado precário daquela atividade, ao tempo da negociação do Convênio, a despeito dos esforços de pensá-la e mudá-la; assim sendo, ficará clara a importância do Convênio, em si, é claro, ao colocar em números a realidade da educação brasileira, dessa forma dando origem a políticas públicas em educação, como também pela promoção da maturação da atividade estatística brasileira.

A produção estatística brasileira tem origem anterior à Independência, com especial ênfase ao havido no Rio Grande do Sul. Contudo, um início mais forte só se deu na década de 1830, ao término da Farroupilha, quando da criação da primeira instituição estatística oficial, qual seja o “Arquivo Estatístico”, criado pelo então Conde de Caxias, e dirigida pelo Conselheiro Correia da Câmara. Ao estudarmos aquela instituição em outra oportunidade (SENRA, 2004; SENRA, 2006a), pudemos identificar que as estatísticas provinciais obedeciam à razão clássica da demanda por estatística, o fazer a guerra, ou seja, o saber quantas pessoas poderiam ser convocadas, onde elas estavam, sem que afetasse as famílias, e a atividade econômica, mormente de natureza agrícola, e com que recursos de intendência se poderia contar, durante as guerras. O conselheiro formou uma geração de pesquisadores interessados na atividade estatística (e de nela atuarem).

A geração das estatísticas segue sendo feita nas províncias do Império, mas sem caráter contínuo, sistemático, e mesmo nacional. Este cenário parece confirmado pela tentativa do Gabinete Monte Alegre em realizar um censo geral em 1851-52, integrando-o ao conjunto das reformas de racionalização da administração imperial: a extinção do tráfico de escravos, o estímulo à migração, o código comercial, a lei de terras, o registro civil laico. Mas o censo e a laicização do registro civil foram abortados, tão logo a população de uma vasta área do território, com foco no Nordeste, tomou em armas contra o censo, em uma série de revoltas estudadas por diferentes perspectivas (PALACIOS, 1989; MATTOS, 2006; LOVEMAN, 2007; SENRA, 2011).

Outras iniciativas esparsas não mudariam tal situação. A virada deu-se após a chamada “Guerra Maldita” contra o Paraguai, uma experiência histórica que evidenciara a urgência de conhecer e mapear os recursos do território e da população, especialmente afetada pelas numerosas baixas do conflito. Com a criação da Diretoria Geral de Estatística, em 1871, fixava-se o desejo de se ir além do censo e imprimir forma contínua a uma atividade que veria sua demanda ampliada, ainda que, por razões de escassez de recursos técnicos e financeiros, seguiria claudicante. É importante frisar que os relatórios anuais da Diretoria, de lavra do

senador Manoel Francisco Correia, fornecerão as primeiras análises de instrução pública baseadas em números nacionais. Não obstante, ainda demoraria para haver estatísticas temáticas, como as de educação.

Malgrado a ideologia positivista da primeira década republicana, o governo não conseguiu fazer valer o preceito da Constituição de 1891, que garantia a decenalidade censitária, por razões que não cabem aqui analisar. Os censos de 1890 e 1900 foram tecnicamente inferiores ao de 1872, tendo os erros de contagem do segundo resultado em sua anulação. Não haveria censo em 1910. A atividade estatística permanecia problemática, em função da federação extremada, com a recusa dos estados em reconhecer a autoridade coordenadora da Diretoria Geral de Estatística (DGE), negando-lhe o necessário acesso aos registros administrativos (de alfândegas, hospitais, escolas, tribunais), base dos censos, e eximindo-se de colaborar na implantação do registro civil.

A assunção do demógrafo sanitaria Bulhões Carvalho ao posto maior da Diretoria, em 1907, mesmo sem remover obstáculos mais estruturais à estabilização da produção estatística, trará aportes significativos, que estarão na origem do Convênio de 1931, em que as três esferas políticas se associam pelas estatísticas, cedendo vontades (e direitos) e assumindo obrigações (deveres), em decisões voluntárias (sem imposição, por simples convencimento). De fato, ao tempo de Bulhões Carvalho, foram feitos acordos bi-laterais entre a DGE e órgãos similares nos Estados, especialmente para organização do registro civil, e ulterior derivação de estatísticas; posteriormente, em medida mais abrangente, houve a criação de um Conselho Superior de Estatística, intentando a associação de altas-autoridades dos três poderes, nas três esferas políticas; ademais, foram feitos Anuários Estatísticos, em que a produção de diversos órgãos eram postas juntas, revelando o real estado das estatísticas. E é preciso mencionar a convocação que faria de uma Conferência Nacional de Estatística, em que se intentava promover um grande pacto nacional em prol das estatísticas brasileiras; esta Conferência, convocada para ser realizada em outubro de 1930, exatamente por essa data, não teria lugar. Por tais razões, entre outras, é legítimo situar em 1907, o início do período coberto por este projeto, que teve à frente, como idealizador e promotor, Teixeira de Freitas, discípulo de Bulhões Carvalho e seu mais fiel colaborador.

Teixeira de Freitas entra para o quadro da DGE em 1908, e pouco adiante, em 1918-19 é indicado delegado federal do censo de 1920 em Minas Gerais. Feito o censo, seria convidado pelas autoridades mineiras a lá permanecer, organizando os serviços estatísticos e cartográficos mineiros, quando então implanta no âmbito daquele estado, com absoluto sucesso, a fórmula de cooperação interadministrativa, pela qual promoveu a associação entre

órgãos públicos, para livre acesso aos registros administrativos, bem assim, promoveu a participação dos municípios mineiros à atividade estatística (através da figura de agentes estatísticos municipais, sejam os residentes, sejam os itinerantes). Por essa via tornou-se possível a natural aquisição das informações individuais (existentes naqueles registros administrativos), cujas agregações são as estatísticas. Sua trajetória mineira o inspiraria a oferecer suas “33 teses” à não realizada Conferência Nacional de Estatística, antes vista. (MACHADO, 2008; GOMES, 2005).

Após a revolução de 1930, Teixeira de Freitas, pelas mãos de Francisco Campos, com quem se relacionara em Minas Gerais, voltaria ao Rio de Janeiro para organizar e conduzir os serviços de estatística do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, quando teria condições de idealizar o Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE), criado em 1934 e instalado em 1936. Sua excelência nesta área seria reconhecida mundialmente, tornando-se vice-presidente do International Statistical Institute (ISI), além de sócio-fundador e primeiro presidente do Inter-American Statistical Institute (IASI). Assim, por seu papel-chave na atividade estatística brasileira, seja como discípulo de Bulhões Carvalho, seja por sua década mineira, e, por fim, seja por sua ação na criação do IBGE, sua figura merece destaque

Chega-se aqui ao ponto de inflexão decisivo do projeto: a nacionalização da cooperação interadministrativa como base do Convênio Estatístico de 1931, que permitirá a diversificação burocrática dos espaços de produção (pelo IBGE, em 1936) e análise (pelo o INEP, já no ano seguinte) das estatísticas de educação. Ambas as instituições, que o corrente projeto assume a título de hipótese como derivações secundárias do Convênio, funcionaram sob inspiração do regime de cooperação interadministrativa, tornando possível a expansão física e capilarizada do Estado forte e centralizado da Era Vargas, bem assim a imagem de uma nação construída a partir da educação e da cultura como principais esferas sociais. Para analisar como o Convênio de 1931 constitui uma peça-chave da atividade estatística brasileira e da montagem do aparato burocrático do governo Vargas, adotamos a estratégia de investigar a complexa rede de relações entre os diversos atores individuais e corporativos que estiveram na origem e resultado do Convênio, quer como idealizadores, quer como produto das ações.

b) O Convênio, as Estatísticas da Educação e as Instituições: delimitação temática

Assim, revelado o papel-chave do Convênio, é possível abordá-lo em si mesmo, enquanto formulação, implantação e execução, sem olvidar os resultados que alcança, seja na geração das estatísticas de educação, seu objetivo imediato, seja na inspiração de mudanças na atividade estatística, como visto acima.

A idéia de que seria preciso promover um acordo de cooperação entre as três esferas políticas do território (federal, estadual e municipal) não era nova, mas fracassara plenamente em toda a Primeira República. Contribuíram para este quadro a ênfase na extração de estatísticas do registro civil, para poderem revelar o movimento da população (nascimento, matrimônio e mortalidade; o estoque da população viria dos censos), e a dispersão dos registros administrativos, o que dificultava o conhecimento do fluxo da população. O fato é que a federação extremada da Primeira República não reconhecia ascendência numa repartição federal, negando à DGE autoridade normativa em matéria estatística.

Como exposto, este quadro só conheceria mudança significativa com a nacionalização do regime de cooperação inter-administrativa, através do Convênio, tendo como modelo a experiência implementada por Teixeira de Freitas em Minas Gerais nos anos 1920, quando este respondia pelos serviços estatísticos do estado. Em Minas, os impasses de acesso aos registros haviam sido bastante mitigados; a presença coordenadora havia sido praticada com sucesso, e a Diretoria de Estatística mineira era aceita e acatada; a incorporação da cartografia à atividade estatística fora promovida, e o fora até no sentido mais amplo da própria geografia (que à época abarcava a cartografia). A posição de Teixeira de Freitas na burocracia estadual dos anos 1920, em suas relações com os intelectuais e homens de ação que integrariam com destaque o projeto de modernização nacional da Era Vargas, é uma das lacunas historiográficas que o presente projeto pretende suprir. Sabemos, por fontes consultadas em trabalhos anteriores (SENRA, 2008), que Freitas era colaborador quase diário do jornal *O Estado de Minas*, em variadas temáticas, nem sempre relacionadas à atividade estatística. Neste ponto, merece estudo sua relação com Delfim Moreira, o reformador da educação mineira, face aos elos entre as inovações estaduais e as bases da ulterior reforma nacional.

O adensamento das redes sociais de Freitas durante sua trajetória mineira é relevante para a compreensão das possibilidades objetivas de sua ascensão burocrática desde a revolução de 1930, quando volta à Capital Federal pelas mãos de Francisco Campos, para criar e assumir naquele mesmo ano a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública (sua longa gestão se encerraria apenas em 1952). Tenha-se presente a centralidade de tal repartição, única responsável pela produção das estatísticas de educação - até a criação do INEP, em 1937 -, e pela propaganda oficial do governo, em impressos, rádio e cinema - até a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Índícios documentais apontam a Diretoria como importante espaço de articulação do Convênio de 1931. Alguns trabalhos chamam atenção para a atuação propulsora do órgão nas políticas de educação que seguem o espírito do Convênio,

viabilizando publicações como a Revista Nacional de Educação (DUARTE, 2004, pp. 33-56), apoiando projetos de educação rural (CAMARGO, 2010, p. 97-132) e tomando parte em controvérsias sobre os significados das estatísticas educacionais (GIL, 2007a).

Por tais razões, o projeto prevê um levantamento sistemático nos arquivos do MEC, capaz de lançar luzes sobre o papel tão pouco conhecido daquela repartição de estatística, ajudando a entender os caminhos de integração da estatística na ordem do Estado nacional da Era Vargas. Nestes termos, nosso projeto entende que a ascensão da estatística como instrumento de governo só pode ser compreendida em meio à injunção e à articulação de espaços institucionais diversos, com diferentes interesses corporativos, que participam (em assimetria de condições, vale dizer) da tarefa coletiva de objetivação estatística da realidade, valendo-se da produção e interpretação das estatísticas educacionais para demandar, autorizar ou desqualificar os projetos concorrentes de nação no período em tela.

Ao lado da Diretoria, o projeto pretende estudar o papel da Associação Brasileira de Educação na realização do Convênio, nascido da IV Conferência Nacional de Educação, promovida em 1931 por aquela prestigiosa entidade. Cabe lembrar que a II Conferência fora realizada em Belo Horizonte, em 1928, quando lá estava Teixeira de Freitas. (INEP, 2004). É possível imaginar que dela tenha participado, e é possível pensar que já fosse sócio da referida Associação (da qual adiante será presidente, entre 1935 e 1938), porquanto já manifestara interesse em educação (seus textos n’O Estado de Minas e outros periódicos mineiros já extintos o poderão confirmar); seria preciso detectar, em especial nestas duas Conferências, seu trânsito entre os círculos de atores que assinaram o Convênio ou participaram diretamente de suas negociações. Este esforço ajudaria a pensar a composição, os movimentos e deslocamentos das redes de técnicos, intelectuais e políticos que seguirão em disputa pelos projetos de modernização educacional do governo Vargas.

Neste espírito, pontos processuais podem ser bastante elucidativos, tais como o grau de homogeneidade das delegações estaduais na IV Conferência, se formada por convite (e de quem), se por indicação (e de quem), as votações, os encaminhamentos, as resistências a redações e conteúdos normativos. Diga-se que nomes como Anísio Teixeira, Sud Menucci, Virgílio Corrêa Filho, entre vários outros, lá estiveram, e cabe saber a forma como estiveram, o quanto atuaram e o quanto tinham noção da natureza das estatísticas, com suas peculiares especificidades, enfim, o quanto se apresentavam como “educadores-estatísticos” ou “estatísticos-educadores”, na elucidativa expressão de Natália de Lacerda Gil (2007b), para que possamos descortinar os “estilos de raciocínio estatístico” (HACKING, 1992, pp. 130-157), que informavam os consensos e dissensos nos debates sobre a educação.

O Convênio, afora esses pontos, também será estudado em sua especificidade, em três linhas, como seguem:

1) A primeira e principal diz respeito à imagem da educação a ser revelada, o que se depreende dos tópicos que seriam investigados, mais que isso, que seriam quantificados. A Cláusula Nona estabelece uma primeira divisão da temática educação, para fins de organização das estatísticas a serem elaboradas: “I) a organização administrativa do sistema educacional; II) o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento; III) o movimento didático”. (CUNHA, 1932), detalhadas nas 27 cláusulas do Convênio. De pronto, importa saber se essa imagem a ser revelada estava de acordo com as práticas de outros países, e mesmo com eventuais recomendações internacionais que à época existissem. E que usos potenciais esta imagem autorizava, face aos planos de governo e dos estudiosos que se valeram dela para fundar seus pontos de vista.

Além da imagem da educação a ser revelada, e se esta era suficiente e satisfatória, caberia verificar com que abrangência se o conseguiu materializar, ficando algum tema sem a devida e desejada quantificação, e, se isso se deu, por qual razão. Aqui, cotejar os anuários é essencial, não apenas o da educação, produzido pela Diretoria de Informação, Estatística e Divulgação, do Ministério, mas também os anuários nacionais, que logo o IBGE faria. Por demais, importa avaliar as ulteriores mudanças no Convênio, que deviam ser feitas a cada cinco anos, e que no futuro, com o IBGE, seriam sempre estimuladas, em resoluções de seus órgãos colegiados.

2) Sem uma agência articuladora e coordenadora o Convênio não teria se efetivado. Esse papel de sustentação coube à Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, sob o comando de Teixeira de Freitas. Seu poder central começa no desenho dos formulários de captação / aquisição das informações individuais, a serem pedidas aos agentes locais, bem assim à definição de pesquisas eventuais, diretas aos envolvidos na educação (alunos, professores, administrativos). Prossegue na definição das regras de campo, e no controle rigoroso da qualidade, cobrando também rigor nos prazos. E seu poder segue ao lhe caber a divulgação dos resultados, nas formas de elaboração de anuários e de boletins estatísticos, bem assim, de elaborar e de estimular estudos e análises temáticas. Resta saber em que medida tudo isso foi feito.

Neste ponto, valerá pensar os usos políticos das estatísticas educacionais, confrontando as visões autorizadas nos anuários da Diretoria e nos estudos do INEP, de modo a evidenciar diferenças entre suas imagens estatísticas acerca da distribuição e da eficiência do aparelho escolar no território nacional. Trata-se de pensar as tomadas de posição dos atores

coletivos (as instituições referidas) e individuais (seus dirigentes), a partir do espectro anti-estadualista do governo Vargas, isto é, de identificar os setores de anuência e resistência à interpretação intervencionista das estatísticas durante o Estado Novo, que concorria para refrear a expansão das oligarquias e fortalecer o poder central.

Há mais: o Convênio propõe, ainda que sob alguma “reserva”, a ajudar as agências estaduais com formação de quadro e mesmo com cessão de recursos. A “reserva” que se depreende no Convênio vai a dois sentidos: primeiro, o não haver tantos recursos federais ainda, sem haver uma fonte de financiamento da atividade estatística (sempre muito cara); segundo, o ser sempre delicado escancarar fragilidades de uma unidade federativa, especialmente sentida no delicado equilíbrio político do governo provisório (1930-1934) e do governo constitucional (1934-1937) de Vargas. Isso só seria resolvido adiante com a criação do IBGE, que teria às mãos um fundo estatístico, e, por estar subordinado diretamente ao Presidente da República, teria amplo poder de atuação, sempre operando sob o princípio da cooperação inter-administrativa, fundada pelo Convênio, na linha das experiências anteriores de Bulhões Carvalho e Teixeira de Freitas.

3) Por fim, a última linha concentra-se no caráter municipal do Convênio, tanto por serem os municípios as fontes primeiras dos registros administrativos, quanto por se entender que qualquer mudança na educação passa por uma ação pública naquelas unidades. A título de hipótese, a ser averiguada pela pesquisa, o Convênio parece ter sido a primeira medida de organização administrativa orientada para uma valorização explícita do papel dos municípios na construção do Estado e da nação¹.

Derivado em parte do Convênio, o IBGE, criado em 1936, ampliará a valorização do município como célula da produção estatística e das políticas educacionais, através das Agências Municipais de Estatística, previstas na legislação que regulamenta o Instituto, mas que só virão no conjunto dos esforços de guerra, em 1942, com o apoio dos generais Góes Monteiro e Dutra. Assim, o sistema formado seria municipalista, e não apenas pela questão da origem das fontes de informações individuais, mas também no sentido das mudanças esperadas a partir da utilização das estatísticas; o agente da estatística (tido como uma autoridade federal no município) será, naquela concepção originária, um agente civilizador das localidades afastadas do poder central, incentivando a criação de educandários, museus e bibliotecas (centros da memória oficial) em vista de seu conhecimento privilegiado sobre as

¹ Não por acaso, a esta altura Teixeira de Freitas já havia elaborado proposta de re-divisão política do país (tema que o irá aproximar de Juarez Távora), em que valoriza unidades menores do que os Estados, propondo como que departamentos, na forma de consórcios municipais, maiores em tamanho e recursos do que boa parte dos municípios brasileiros, de modo a viabilizar um modelo de auto-gestão eficiente dos serviços públicos locais (SENRA, 2008)

realidades da municipalidade, fossem suas fraquezas, fossem suas potencialidades, porquanto sabendo disso pelos números; e, assim, está a dizer da potência objetivante e objetivadora das estatísticas.

Com a inspiração democrática da Constituição de 1946, o princípio da cooperação interadministrativa será excluído do texto constitucional, como estivera na de 1937, o que restringe e transforma a atuação municipal do IBGE, até então muito mais um mediador da presença do poder central junto ao nível local. A autonomia municipal se torna um tema político formal, cada vez mais partidarizado, com crescentes lideranças, representadas pela Associação Brasileira dos Municípios (fundada em 1948), ela própria patrocinada pelo IBGE, que organiza a primeira campanha municipalista brasileira, com congressos voltados à causa municipal, de grande repercussão no meio da imprensa e da política. Como mostrou Marcus André Melo (1993), a noção de *intermunicipalidade*, principal bandeira do movimento municipalista que emerge na Constituinte de 1946, tem seu embrião no Estado Novo, em que o município é concebido como esfera comunitária e pré-política, avessa às instâncias oficiais de representação (1993). Neste cenário autoritário e anti-regionalista, segundo Camargo (2008), o IBGE desempenharia o papel de articulador do municipalismo, por aliar a competência técnica da elite burocrática, com o saber da estatística e da geografia, à presença ramificada e homogênea em todos os municípios do Brasil, no momento mesmo de interiorização do território.

Daí a relevância de se investigar o Convênio como ponto de partida deste movimento de valorização dos municípios, haja vista que o município é a base de atuação daquele acordo, seja para nele ir-se buscar as informações individuais existentes nos arquivos, seja para neles fazer ecoar as políticas educacionais que buscavam habilitar o homem do campo ao trabalho e fixar as comunidades rurais. Assume-se, para tanto, a hipótese de que a temática do municipalismo é uma derivação natural do Convênio.

Sumariemos o apresentado.

As três linhas de estudo sugeridas pelo Convênio, acima apontadas, são: 1) a questão da imagem que ele permitia e pretendia revelar da educação brasileira, e em que medida o conseguiu; 2) a questão da agência central, para conduzir as atuações das demais agências, nos estados e nos municípios, num exercício de diuturna coordenação; 3) a tomada dos municípios como fundamento territorial da execução do convênio, como seria depois da própria atividade estatística brasileira, com o IBGE à frente.

É de extrema importância que estas linhas sejam pensadas, a todo o tempo e como condição de sua execução, a partir das relações de influência e dos interesses corporativos que ora envolveram ora afastaram as associações públicas e privadas, técnicas e políticas antes referidas, tais como a repartição de estatística do ministério da Educação, e dentro dele o INEP, bem assim, a ABE e o próprio IBGE. Este é o principal ponto de ligação entre os interesses e trabalhos dos pesquisadores que participam deste projeto.

3) Objetivos e metas

Os objetivos e metas deste projeto estão divididos em três grandes grupos, como segue, sem esquecer possíveis desdobramentos, ao longo da execução do mesmo.

Na linha dos eventos e realizações que antecipam ou viabilizam o Convênio:

1) Rastrear a idealização do regime de cooperação inter-administrativa, assumindo-o como engrenagem fundamental do Convênio e, depois, do próprio Sistema Estatístico Brasileiro, durante toda a Era Vargas, remetendo sua concepção desde os relatórios de Bulhões Carvalho, no comando da Diretoria Geral de Estatística da Primeira República (1907-1930, com breves interrupções). Nestes relatórios, sobressaem as narrativas de Oziel Bordeaux Rego, estudos que constituem como que pré-anuários na temática da educação. Esse acervo está no IBGE, parte dele digitalizado.

2) A partir da atuação de Teixeira de Freitas em Minas Gerais, identificar e analisar sua participação na II Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, e realizada em Belo Horizonte em 1928, que tomamos aqui como uma antecipação da IV Conferência, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931, e da qual sairia o Convênio Estatístico, matéria primeira deste projeto. (INEP, 2004).

3) Mapear a rede social de Teixeira de Freitas em sua trajetória mineira, considerando sua posição na burocracia estadual dos anos 1920, em suas relações com intelectuais, educadores e homens de ação que viriam a integrar com destaque o projeto de modernização nacional da Era Vargas. O mapeamento poderá lançar luzes sobre as articulações que resultariam no Convênio, como a recepção das 33 teses que Teixeira de Freitas exporia na Conferência Nacional de Estatística (SENRA, 2006b), realizada meses antes do Convênio, e que sistematizava muitos princípios que este consagraria. Pretende-se explorar Freitas como um dos principais (senão o principal) agente mediador entre as instituições aqui relacionadas e estudadas (diretoria estatística do ministério, IBGE, INEP e ABE). Aqui será vital o mergulho nos arquivos públicos mineiros.

Na linha do Convênio, em seus pressupostos e proposições:

4) Revelar a “lógica da descoberta” do Convênio, isto é, as expectativas e os projetos que cercaram a concepção mesma daquele documento, ao tempo de sua realização. Mesmo que não haja registro em atas ou anais a este respeito, valerá intentar algumas buscas promissoras. Há, na ABE, papéis avulsos sobre a preparação da Conferência, e pode haver no arquivo do Ministério, na seção referente à diretoria de estatística, alguma memória competente. Ainda nesse tema, valeria focalizar o convênio como um instrumento administrativo de organização de certa atividade, àquele tempo inovador, porquanto ainda não experimentado. A propósito, os Anais da IV Conferência Nacional de Educação, da qual, entre outros temas, saiu o Convênio, não estão nos arquivos da ABE, e uma cópia deverá ser identificada em outro lugar.

5) Analisar a imagem que se pretendia revelar da educação brasileira através do Convênio, o que se depreende dos tópicos que seriam investigados e quantificados. Em que medida esse contorno estava afinado com as eventuais recomendações de organismos internacionais, públicos e privados (como o International Statistical Institute), e com os anseios dos técnicos e intelectuais brasileiros? É possível que os arquivos do Ministério esclareçam esses pontos, e valerá uma visita atenta às atas e às resoluções (que tinham força de lei) do Conselho Nacional de Estatística – CNE (um dos dois colegiados da cúpula do IBGE) que tratem do assunto, entre outros livros de época.

Na linha da implementação operacional e dos produtos gerados pelo Convênio:

6) Analisar a execução do Convênio no âmbito do ministério da Educação, a partir das relações funcionais entre a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação e o recém-criado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Trata-se aqui de analisar as controvérsias sobre os significados dos números e as variações discursivas de inferência estatística, à luz das relações de posição entre estatísticos-educadores, como Teixeira de Freitas, e educadores-estatísticos, como Lourenço Filho, assimetricamente situados no campo burocrático e no campo pedagógico.

7) Partindo do Convênio, analisar o movimento de diversificação da oferta de estatísticas de educação que lhe sucedeu e a evolução das tecnologias gráficas (tabelas, diagramas, etc.) e suportes materiais (publicações oficiais, obras de interpretação da nacionalidade, imprensa periódica, livros didáticos, etc), veículos básicos na difusão da objetivação estatística da nação.

8) Ao lado do papel de objetos e procedimentos estatísticos na construção da realidade e das comunidades imaginadas (ver metodologia), pretende-se mapear e analisar o crescente recurso às estatísticas na formulação das políticas públicas, mormente as de avaliação do aparelho escolar e de fortalecimento municipal, à luz do caráter municipal do Convênio (ver delimitação temática acima). E neste aspecto valerá analisar possíveis elos com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, logo no ano seguinte ao do Convênio.

9) Igualmente decorrente, quer-se analisar a questão da cobertura municipal concebida no Convênio, onde estava a maioria dos registros administrativos, fonte das informações individuais fundadoras das estatísticas. A cobertura municipal será considerada no conjunto das reflexões e ações sobre os municípios como base da reestruturação do território nacional e do modelo de sistema estatístico, implementado pelo IBGE, com suas campanhas municipalistas (ver delimitação temática). Também aqui, será preciso verificar possíveis relações do Convênio com o referido “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

10) Analisar as implicações do Convênio para a consolidação da atividade estatística brasileira, ao permitir a expansão do sucesso obtido na temática da educação, norteadora dos planejamentos e representações nacionais nos anos Vargas, a outras temáticas sociais e econômicas, desse modo ampliando a demanda e a produção das estatísticas públicas.

Como estudo mais específico nesta direção, cabe analisar o caso das estatísticas de Saúde, alimentadas pela irradiação da visibilidade das estatísticas educacionais para outras temáticas da ação pública. O estudo das estatísticas de saúde se justifica pela inédita organização de um ministério da Educação e Saúde Pública, que indica a autonomização de ambas as áreas, ainda muito pouco estudada pela historiografia do ponto de vista de sua integração institucional durante o governo Vargas.

O presente projeto, ao estudar o Convênio e seus impactos na consolidação da estatística brasileira, pretende contribuir para o tema, analisando o tratamento dispensado a esta temática nos trabalhos da diretoria dirigida por Teixeira de Freitas, haja vista sua competência legal para produzir estatísticas nos dois ramos, e sua virtual transformação em Serviço de Estatística de Educação e Saúde, já no âmbito do Estado Novo. Os arquivos do ministério serão esclarecedores também a este respeito.

4) Metodologia

Nas três últimas décadas, mundo afora, as estatísticas se tornaram objeto de estudo, atraindo a atenção de pesquisadores das mais diversas formações: demografia, história, educação, filosofia, saúde coletiva, sociologia, antropologia, ciência política e ciência da

informação. Foi algo novo, já que o comum era tomar as estatísticas como meio de análise, servindo-se delas para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, para amparar decisões no mundo dos negócios, bem assim, os interesses dos acadêmicos, na elaboração de hipóteses de trabalho, validando-as ou negando-as, dessa forma, confirmando ou refutando postulados científicos. Como afirma Alain Desrosières, “os usuários das estatísticas se apóiam nelas para definirem construções mais amplas, tanto para gerirem o mundo social, tomarem decisões, repartirem os recursos e ajustá-los aos fins, como para *argumentarem* no quadro de um debate. Em todos estes casos, a estatística é uma *referência* supostamente segura, e é esta legitimidade que lhe dá força” (1995, p. 169).

Na pesquisa acadêmica e mesmo na vida cotidiana, é comum um usuário ou estudioso cuidadoso debruçar-se sobre as metodologias das pesquisas geradoras daquelas estatísticas, de modo a verificar suas fronteiras de realizações, fazendo emergir suas limitações e potencialidades. Tomando-as nesta via, a crítica metodológica apenas reforça a neutralidade fetichista das estatísticas, sem percebê-las como convenções de equivalência, constructos dotados de uma tecnologia cognitiva específica. Como se esforçou por mostrar Pierre Bourdieu, isto quer dizer que o político, em um sentido mais amplo, aparece no trabalho de demarcação e divisão dos grupos, de seleção dos indicadores, de associação das variáveis, de apresentação dos resultados, em um plano anterior e distinto das leituras interessadas e das estratégias deliberadas de manipulação política, como meio de legitimação de determinadas decisões (BOURDIEU, 2007). Ao relacionar a gênese social das nomenclaturas e classificações estatísticas ao espaço objetivo das relações de poder, que conformaria seus modos de produção e de uso, Bourdieu tornou-se a primeira entre as referências norteadoras de uma sociologia da atividade estatística, em torno da qual temos procurado nos filiar desde o doutorado (SENRA, 2005), e fixar como modelo para uma agenda de comparação histórica entre as tradições estatísticas dos países americanos (SENRA & CAMARGO; 2010).

Por isso, vale insistir que tomar as estatísticas como objeto de estudo, vendo-as em suas intimidades, e nas intimidades das instituições que detêm ou disputam o monopólio de sua produção e análise, é algo de fato novo, configurando abordagem ainda incomum, mas crescente, no Brasil, e que o presente projeto pretende fortalecer e estimular. Trata-se de pensar a construção social de um conhecimento, o conhecimento de como as sociedades quiseram se ver, e de como, no amparo das ciências e das técnicas, puderam se ver pelos números e agregações estatísticas. Uma perspectiva analítica desta ordem implica discutir as *razões* de terem sido feitas e os *modos* como foram feitas e apropriadas as estatísticas,

seguindo uma extensa gama de contribuições teórico-metodológicas, algumas das quais nos valeremos a seguir para alcançar os objetivos expressos mais acima.

A análise das estatísticas educacionais e de seus dispositivos materiais (tabelas, gráficos, cartogramas) consagradas pelo Convênio de 1931, tanto no que diz respeito ao trabalho de formalização dos tópicos investigados quanto ao discurso a eles associados, será inspirada na abordagem dos modos de escrever e categorizar as estatísticas, inaugurada por Pierre Bourdieu e seguidores. Ao se preocuparem com a produção do sentido dos dados, estes estudos propiciaram a análise dos procedimentos de taxonomia, de registro de codificação, de agregação e tabulação necessários à elaboração dos dados (BOURDIEU, 2007; BOLTANSKI, 1983; DESROSIÈRES & THÈVENOT, 1988).

Alguns estudos aplicados compatíveis com esta orientação teórica reforçaram a necessidade de se ler as matrizes e os quadros estatísticos como textos, mediante sua tradução em proposições e sistemas de hipóteses, expressáveis em linguagem verbal. Nesta direção, Hernán Otero observa que “dois quadros sobre níveis de mortalidade tabulados segundo a estação do ano ou segundo os grupos sócio-ocupacionais dos falecidos remetem a duas hipóteses científicas e a dois universos teóricos bem diversos: a mortalidade como fato climático ou como fato social” (2006, p. 47). Isto quer dizer que o plano sintático, de seleção e definição das variáveis, com sua distribuição espacial em tabelas e gráficos, condiciona e sugestiona o plano semântico, o de inferências e interpretações autorizadas. Adotando esta perspectiva, entendemos que é na integração lógica de ambos os planos que reside o sentido e a inteligibilidade histórica dos dados oficiais. Munidos desta preocupação, analisaremos os tópicos investigados pelo Convênio, suas escolhas e omissões, bem assim as estatísticas educacionais nele inspiradas, produzidas no período coberto por nosso projeto.

Seguindo com o estruturalismo gerativo de Bourdieu, sua noção de campo nos fornece uma chave para a leitura das composições, deslocamentos e assimetrias entre os grupos de atores em disputa pelo significado das estatísticas educacionais. A noção de campo permite perceber a necessidade de articular a análise interna dos documentos – que trazem as estatísticas e os discursos que foram produzidos sobre elas – com o estudo das posições que seus produtores ocupam no(s) campo(s) e do jogo que põe o(s) campo(s) em funcionamento, determinando os objetos de interesse e conduzindo a lutas em torno destes. Neste ponto, é fundamental ter em mente a especificidade das estatísticas de educação, cuja produção e uso encontram-se na confluência de mais de um campo, a saber, o campo educacional, o campo burocrático e o campo científico (estatístico). As interações entre estes campos precipitam pressões internas e externas sobre os valores e regras que distinguem cada um deles, pressões

variáveis conforme o grau de autonomia destes espaços sociais (BOURDIEU, 1980; 2004; 2005).

Dessa maneira, defendemos que uma compreensão mais complexa das estatísticas de educação, tornadas sistemáticas pelo Convênio de 1931, não pode se reduzir aos dispositivos materiais e cognitivos de objetivação. Deve incluir também a análise interna dos campos que a produzem e/ou utilizam, bem como o estudo das relações que se estabelecem entre estes campos (educacional, burocrático e científico-estatístico) em contextos históricos específicos, tal como fez Natália Gil (2007b). Assim procedendo, torna-se possível mapear os grupos de atores (individuais e institucionais), suas solidariedades e controvérsias, a partir das posições objetivas por eles ocupadas em seus campos de origem, que determinam seus interesses e possibilidades de ação.

Já os estudos sobre a *governamentalidade* sinalizam outra tendência relevante para nós, menos atenta às negociações de significado nas representações estatísticas e mais ciosa dos dispositivos de gestão e disciplina dos coletivos sociais. Desde Foucault, a governamentalidade abarca as mentalidades, artes e regimes de governo e administração que emergem na Europa moderna, que aproximam as tecnologias do governo de si, do governo dos outros e do governo do Estado (FOUCAULT, 2008). Nesta visão, as estatísticas tornam-se vitais como instrumentos de controle à distância, permitindo construir os espaços públicos que o estadista deve conhecer para sobre eles agir². Tornam-se vitais também como instrumentos de normalização, ao atuar através de sutilezas e consentimentos, no interior de coletivos previamente estruturados (subjativações), deixando aos indivíduos a liberdade de não aceitarem as comparações que sugere. Contudo, na medida em que nos vemos nos outros e nos situamos em um universo através de médias e agregados, a estatística transforma profundamente “o que desejamos ser, quem tentamos ser, e o que pensamos sobre nós mesmos” (HACKING, 1990, p. 3-4).

Os estudos sobre a governamentalidade nos direcionam para a macro-escala, tornando possível uma reflexão produtiva sobre a integração da estatística e das instituições estatísticas na ordem do Estado, enquanto tecnologia ou *episteme* do governo (ROSE, 1999; DEAN, 1999). Esta abordagem permite historicizar as estatísticas tendo como base a transformação das formas de governar o Estado e as condutas. A expansão do sistema estatístico aparece aqui relacionada à expansão do próprio Estado, menos no caráter extensivo (ampliação da presença física), mais

² Nas palavras de Foucault, “as estatísticas revelam pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: números de mortos, de doentes, de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias, e que são irredutíveis aos da família, como as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza. Revela, finalmente, que através de seus deslocamentos, de suas atividades, a população produz efeitos específicos” (Foucault, 2000, p.288).

no caráter intensivo, por modalidades mais eficientes de ação a distância e de objetivação dos coletivos sociais, que vão de uma genealogia da nação típica de um Estado extrator de recursos, como parece ser o caso na Primeira República, à planificação social de um Estado produtor e distribuidor de recursos, que nos parece começar a se desenhar na Era Vargas.

Longe de colidir com o enfoque mais bourdieusiano visto acima, a perspectiva da governamentalidade nos remete para uma escala mais macro-histórica, que concerne ao deslocamento de sentido e de função do sistema de contagem, especialmente no que diz respeito à imagem estatística da população e à ação pública a ela relacionada, na passagem da Primeira República ao Estado Novo.

Mais especificamente, a abordagem nos inspira a pensar as condições históricas de produção do regime de cooperação inter-administrativa, sua realização inicial no âmbito estadual (nas Minas Gerais da década de 1920), e as possibilidades de sua nacionalização no governo Vargas. Similarmente, a cobertura municipal do Convênio de 1931 e a estrutura fortemente municipalista do IBGE e do sistema estatístico nacional podem ser iluminadas pela governamentalidade, na medida em que as agências produtoras de dados oficiais assumem um novo estatuto de ação à distância, que passa por uma inédita mediação entre o (governo) central e o local. A centralidade das estatísticas educacionais nesta mediação (em detrimento de outras esferas de ação pública), criando imagens de síntese sobre a escola e a instrução que encarnavam o êxito da “organização nacional”, torna-se uma das questões essenciais que o presente projeto procurará elucidar sob o prisma da governamentalidade.

5) Principais resultados deste projeto

Tem-se como principal resultado esperado a edição de um livro – em formato pdf, para livre impressão, e em e-Book (ePub) para livre cópia em leitores portáteis – dos estudos realizados, para cada objetivo expresso anteriormente.

E será meta, também, a elaboração de balanços das fontes usadas, abrindo condições de novas pesquisas. Haverá relatórios periódicos, fazendo avaliação dos trabalhos realizados.

E sempre que os arquivos públicos onde os estejam os documentos o autorizarem, eles serão disponibilizados eletronicamente.

Para a contínua revelação da execução deste projeto, e, em especial, para divulgação dos resultados, será criado um website, de livre e amplo acesso.

Haverá dois seminários, um na metade do projeto, e outro ao final; e contatos eletrônicos dos pesquisadores.

Textos serão enviados para publicações científicas, nas áreas de educação e de ciência da informação, com realce para “Estatística & Sociedade”, revista da Associação das Américas para História da Estatística e do Cálculo de Probabilidades.

6) Localização e aprovação acadêmica

A coordenação do projeto estará alocada na Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, onde o coordenador é colaborador no programa de mestrado em “Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais”, conforme declaração de concordância expressa ao final deste texto, cujo acesso ocorre por processo seletivo, via edital público.

A ENCE é uma Escola federal superior, a primeira em Estatística criada no país, em 1853. Tem um curso de graduação em Estatística, cujo acesso é feito em vestibular conjunto com a UNIRIO. Afora o programa de mestrado ao qual o coordenador está vinculado, como professor, oferece um programa de pós-graduação *lato sensu*, como especialização, em “Análise ambiental e gestão do território”, com acesso por processo seletivo público.

As reuniões de trabalho dos pesquisadores, e os seminários previstos, serão realizados no ambiente da Escola, ou, em sendo preciso, por maior público, em outras dependências do IBGE. O website que se irá associar a este projeto será hospedado no servidor da Escola, onde haverá sempre livre acesso ao público interessado.

7) Bibliografia

- ALONSO, William; STARR, Paul (orgs.). **The politics of numbers**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1983.
- BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). **The age of numbers: statistical systems and national traditions**. Québec: Presses de l’Université du Québec, 2000.
- BOLTANSKI, Luc. **Les cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BURCHELL, Graham, GORDON, Collin & MILLER, Peter (eds.). **The Foucault effect. Studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. “Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a organização nacional na Era Vargas”. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 37-48.

- _____. “Povoar o *hinterland*: o ensino rural como zona de fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas”. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo: SBHE, n° 23, p. 97-132, 2010.
- CANDEIAS, António (coord.). **Modernidade, educação e estatística na Ibero-América dos séculos XIX e XX**: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa: Educa, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.
- CUNHA, Nóbrega da. **A revolução e a educação**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Diário de Notícias, 1932.
- DEAN, Mitchell. **Governmentality: power and rule in modern society**. Londres: Sage, 1999.
- DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. **Les catégories socioprofessionnelles**. 5a. Ed. Paris: La Découverte, 2002. Col. Repères, v. 62.
- DESROSIÈRES, Alain. Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995. P. 167-183.
- _____. **The politics of large numbers: a history of statistical reasoning**. Trad. Camille Naish. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998.
- DUARTE, Regina Horta. “Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”: a *Revista Nacional de Educação* e a divulgação científica no Brasil (1932-1934). **História, ciências, saúde – manguinhos**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 11, n. 1, p. 33-56, jan./abr. 2004.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. **Microfísica do poder**. Organização, introdução, tradução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. 277-293.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE FILHO, Ernesto de Souza. **A trajetória da Associação Brasileira de Educação, 1924-2001**. Rio de Janeiro: Ed. do Educador, 2002.
- GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007b.
- _____. “Interpretação das estatísticas de educação: um espaço de disputas simbólicas”. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo: SBHE, v. 13, p. 121-151, 2007a.
- GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. **Mapas e Mapeamentos: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais (1890-1930)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. “Statistical Language, Statistical Truth and Statistical Reason. The Self-Authentication of a Style of Scientific Reasoning”. In: McMULLIN, Ernan (ed.). **The social dimensions of science**. Indiana: University of Notre Dame Press, 1992, p. 130-157.
- INEP. Ministério da Educação. **Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE**. Brasília: INEP, 2004.
- KLEIN, Rubem. “Comentários sobre Teixeira de Freitas e seus trabalhos na área da educação”. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira; sua atualidade intelectual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. P. 15-24.
- LOVEMAN, Mara. “Blinded Like a State: The Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil”. **Comparative Studies in Society and History**, v. 49, n. 1, p. 5–39, 2007.

- MACHADO, Sandra Maria Caldeira. **Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- Fundação Joaquim Nabuco. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- MATTOS, Hebe Maria. “Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da ‘Guerra dos Marimbondos’ em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios”. **Almanack Braziliense**, n. 3, p. 40-46, maio 2006.
- MELO, Marcus André. “Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Anpocs, vol. 6, n. 23, p. 85-99, 1993.
- OTERO, Hernán. **Estadística y nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.
- PALACIOS, Guilherme. **A ‘guerra dos maribondos’. Uma revolta camponesa no Brasil escravista (Pernambuco, 1851-1852)**. Rio de Janeiro: Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1989. 76 p. Mimeografado.
- PEREIRA, Margareth da Silva. “Horizontes do urbanismo como disciplina e ação ou Teixeira de Freitas: das estatísticas da educação às colônias-escolas (1908-1932)”. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira; sua atualidade intelectual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. P. 33-44.
- _____. “A Construção histórica dos sentidos das palavras: município e municipalismo. Dois séculos de lutas políticas e lingüísticas”. In: **IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006**, São Paulo - SP. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006.p. 50-60.
- _____. “As nebulosas intelectuais: redes de cidades e redes intelectuais na circulação de teorias de arquitetura e urbanismo”. In: Ivonne Pini et al. (Org.). **Seminario Fuentes no convencionales**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia: Facultad de Artes, 2007.
- ROSE, Nikolas. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SENRA, Nelson de Castro. **História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)**. Vol. 1: **Estatísticas Desejadas (1822 – c. 1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. **História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)**. Vol. 2: **Estatísticas Legalizadas (c. 1889 – c. 1936)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.
- _____. **História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)**. Vol. 3: **Estatísticas Organizadas (c. 1936 – c. 1972)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. “Na Primeira República, Bulhões Carvalho legaliza a atividade estatística e a põe na ordem do Estado”. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi de Ciência Humanas**, Belém, v. 4, n. 3, p. 387-399, set./dez. 2009.
- _____. “1851-1852, o povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do governo imperial brasileiro”. **Estudos & Pesquisas**. Salvador: SEI / BA, 2011 (a sair).
- _____. “São Pedro do Rio Grande: centro de tradições estatísticas”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS**. Porto Alegre: IHGRS, v. 84, p. 81 - 106, 2004.
- SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (orgs.). **Estatísticas Nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

XAVIER, Libânia. O Rio vai à Escola. In Videira, Augusto Passos (Org.) Rio Científico: inovação e memória. Rio de Janeiro, EDUERJ-FAPERJ, 2010.

_____. “A contribuição de Teixeira de Freitas para a educação brasileira”. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira; sua atualidade intelectual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. P. 25-32.

_____. Universidade, Pesquisa e Educação Pública em Anísio Teixeira. In História, Ciências e Saúde : Manguinhos. Rio de Janeiro, Fiocruz (no prelo)

XAVIER, Libânia et alii (orgs.). História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: EDUFES, 2011.